

## Editorial

### O método clínico – 1

Manoel Tosta Berlinck

vii

Desde a Antiguidade Grega o homem se dedica a observar as coisas e os outros homens. Entretanto essa observação – esse debruçar-se sobre – sempre foi muito mesclada com o imaginário mágico e religioso, pois não havia sido ainda construída as noções de natureza e de subjetividade tal como elas passam a ser denominadas no Ocidente, a partir do Renascimento.

Tome-se, por exemplo, o sonho. Segundo E. R. Dodds em *Os gregos e o irracional* (São Paulo: Escuta, 2002), na maior parte de suas descrições de sonhos, os poetas homéricos tratam o que é visto como se fosse “fato objetivo”. O sonho normalmente é apresentado como uma visita feita por uma figura onírica a um homem ou mulher adormecido – a própria palavra *oneiros* em Homero quase sempre significa figura onírica e não experiência onírica. Esta figura onírica pode ser um deus, um fantasma, um mensageiro de sonhos preexistente, ou ainda uma “imagem” (*eidolon*) criada especialmente para a ocasião. Porém, o que quer que seja, ela existe de maneira objetiva no espaço, independentemente do sonhador. Ela encontra passagem pelo buraco da fechadura (uma vez que os quartos, em Homero, não possuem nem janelas nem chaminés): coloca-se à cabeceira da

cama para transmitir sua mensagem, e, enfim, quando o trabalho está feito, afasta-se pelo mesmo caminho. Enquanto isso, o sonhador permanece quase completamente passivo: ele vê uma figura, ouve uma voz e ponto final. É bem verdade que às vezes ele responde em sonho, e que uma vez ele estica os braços para abraçar a figura em questão. Mas esses atos são físicos, trata-se apenas daquilo que observamos nos homens durante o sono. O sonhador não crê estar em outro lugar, a não ser a sua própria cama: e na verdade sabe que está adormecido, pois a figura onírica se esforça para lhe indicar isso: “você está adormecido, Aquiles”, diz o fantasma de Pátroclo: “você está adormecida, Penélope”, diz a imagem de sombras na *Odisséia*.

De fato, a linguagem utilizada pelos gregos, em todos os períodos, para descrever todos os tipos de sonho, parece ter sido sugerida por um tipo específico de sonho no qual o sonhador é o passivo receptáculo de uma visão objetiva. Os gregos nunca falavam, como nós, de *ter* um sonho, mas sempre de *ver* um sonho.

A concepção que os gregos tinham dos sonhos e de outros fenômenos imateriais era congruente com a noção de *natureza* predominante naquela civilização. Para eles, natureza e vida praticamente se confundiam no movimento e na forma. A interpretação da *natureza* como princípio de vida e de movimento de todas as coisas existentes predominava entre os gregos. Para Aristóteles, na *Física*, a natureza é o princípio e a causa do movimento e do repouso da coisa à qual ela inere primariamente e por si, e não por acidente. Como explica o próprio Aristóteles, a exclusão da acidentalidade serve para distinguir a obra da natureza da obra do homem.

A natureza é, pois, para os gregos, aquilo que brota e se movimenta e não há distinção entre natureza e cultura, a não ser que se entenda a cultura como parte da natureza humana, ou seja, um acidente da vida.

A distinção entre natureza e cultura, essencial para o Ocidente moderno, é uma longa e laboriosa construção que depende do processo de “naturalização” do humano e do mundo. O Renascimento, movimento literário, artístico e filosófico que começa no fim do século XIV e vai até o fim do século XVI e que coincide, em grande parte, com o processo de expansão ultramarítima européia ocorrida a partir do final do século XV e durante o século XVI, produz uma cisão entre observador e observado até então desconhecida ou pouco significativa.

Surge, então, uma outra noção de natureza definida em termos de *campo*, mais precisamente o campo ao qual fazem referência e em que se encontram as técnicas perceptivas e de observação de que o homem dispõe. A natureza passa, assim, a ser o campo do sensivelmente apreensível.

Logo, porém, o homem moderno se deu conta dos estreitos limites dessa técnica, pois notou que a sensibilidade muitas vezes apreende aquilo que não possui existência material. Essa descoberta ocorreu durante a expansão

ultramarítima européia, através das descrições dos descobridores e dos primeiros viajantes. Assim, por exemplo, os diários de Colombo contêm narrativas de monstros marítimos brotando das profundezas das águas do mar. Pero Magalhães de Gandavo, considerado o primeiro historiador do Brasil, narra o aparecimento de um monstro marítimo nas águas de São Vicente, que é morto pelos moradores da vila. As visões fantásticas dos primeiros viajantes europeus ao Brasil eram tão freqüentes que permitiram Afonso de Escragnoille Taunay escrever um livro denominado *Zoologia fantástica do Brasil*.

A partir do século XVIII surge na Europa um movimento denominado *naturalismo*, dando estatuto científico à observação da natureza. Em outras palavras, a ciência moderna e o naturalismo baseiam-se na suposição de que o mundo existente pode ser apreendido e compreendido a partir da observação e da classificação daquilo que se manifesta. O observador já não é mais um ser inteiramente passivo, como na Grécia Antiga, mas um ator separado e distinto da natureza, que é capaz de perceber, pela observação, as diversas formas de vida que ocorrem na natureza.

O naturalismo supõe um observador valorativamente neutro, ou seja, alguém que é capaz de apreender sensivelmente o mundo sem se imiscuir nele por meio de visões ou de preconceitos.

A medicina moderna nasce e se desenvolve no bojo do naturalismo. Clinicar seria, então, debruçar-se, com naturalidade, com uma atitude naturalista, sobre o doente e observar as manifestações naturais ocorrendo nesse humano, sem concepções *a priori* sobre aquilo que ali se manifesta. Há, portanto, no bojo da clínica médica, uma suspeita a respeito do observado, pois o observador sabe que pode ser traído por sua imaginação e por seus "*a priori*". Charcot, por exemplo, beliscava as internas do Hospital Salpêtrière porque duvidava daquilo que via: a insensibilidade à dor das histéricas. Antes dele, Kraepelin formulou o princípio segundo o qual só uma observação prolongada do doente pode fornecer os elementos adequados para um diagnóstico preciso. Ele sabia o que muitos ignoram hoje: uma crise psicótica não caracteriza uma psicose.

Mas o método clínico não depende, apenas, da observação. Seu fundamento é encontrado nas descobertas de diversos naturalistas do século XIX e foi formulado claramente, em meados daquele século, por Charles Darwin em *A origem das espécies*: todas as espécies encontradas na natureza são discretas e não contínuas, ou seja, todas as espécies são compostas de elementos diferentes entre si chamados indivíduos. Os indivíduos que compõem cada espécie são únicos e indivisíveis. Pode-se esquartejar um corpo humano. O resultado dessa operação é a produção de partes de uma unidade denominada indivíduo. Uma perna é parte de um indivíduo, mas não é o indivíduo. Uma doença é parte de um indivíduo, mas não é o indivíduo.

A partir de Darwin é possível, então, elaborar não só um método de observação de indivíduos como, também, encontrar elementos genéricos entre indivíduos, pois eles compõem uma categoria genérica denominada espécie. Assim, cada pé de couve é diferente de outro pé de couve e, no entanto, as couves compõem uma espécie.

Além disso, Darwin instituiu um outro princípio: os indivíduos e as espécies não são criaturas de Deus; eles são criaturas do acaso e da necessidade. Este último princípio inclui os humanos como seres naturais e, portanto, como passíveis de serem observados, classificados e compreendidos através da observação neutra e desinteressada de um naturalista.

O método clínico é, assim, o caminho adotado pelos naturalistas para o conhecimento da natureza.

Mas o humano, como espécie, coloca algumas questões para o naturalismo que este não consegue responder. Porém, esta é uma outra história que fica para uma outra oportunidade.